

Escolas devem encerrar o locaute amanhã

Em assembléia marcada para o início da noite de hoje, os dirigentes das escolas particulares de Brasília deverão decidir pelo término do locaute e retorno às atividades a partir de amanhã. A iniciativa é consequência de uma conversa entre o governador Joaquim Roriz e o presidente do Sindicato que congrega os estabelecimentos privados, Jaime Zveiter.

No entender do consultor jurídico do DF, José Milton Ferreira, a liminar da Justiça, que pôs fim à liberdade vigiada abre possibilidade para que sejam revistos os casos individualmente. Zveiter considera que é esse o procedimento adequado e espera obter uma solução de Roriz até o final da tarde de hoje.

A intervenção, segundo o presidente do Sindicato das Escolas Particulares, nunca chegou a ser uma ameaça. Zveiter enfatiza que a radicalização do GDF só iria trazer maiores problemas para todos os segmentos envolvidos: Governo, empresários e estudantes. Um movimento semelhante em outros Estados do País seria iniciado, caso houvesse

Grupo pede intervenção a Roriz

Pais e alunos de escolas particulares prometem agir para garantir o retorno às aulas nos estabelecimentos privados de ensino. A Associação de Pais de Alunos do DF (APA-DF) se reunirá amanhã, às 20h, no Colégio Setor Leste, para definir o que fazer para pôr fim à paralisação. Estudantes ligados ao movimento SOS Educação, criado no início deste ano, se concentrarão na Torre de TV, às 9h30 de amanhã. A comissão de pais de alunos do colégio Minas Gerais apresentará no mesmo dia ao governador Joaquim Roriz proposta de intervenção nas escolas. Eles estão dispostos a ajudar durante a intervenção.

Darley Cordeiro Valadares, integrante da comissão, garantiu que os pais dos estudantes do Minas Gerais estão prontos a apoiar o GDF na administração das escolas de Brasília, enquanto durar a intervenção. Já os alunos do movimento SOS Educação vão reivindicar a melhoria na qualidade do ensino, além do retorno rápido às aulas. “Nossa luta

Conselho viabiliza negociações

O Conselho de Educação do DF decidiu ontem criar uma comissão integrada por três conselheiros, para dialogar com os donos das escolas particulares, visando à volta às aulas o mais rápido possível. Embora tenha competência para advertir, suspender as atividades, intervir e até encampar os estabelecimentos particulares de ensino, o conselho entendeu que o diálogo é o caminho para resolver o impasse criado com a decisão dos diretores de interromper as aulas por tempo indeterminado.

Os conselheiros Clélia Capanema, Iesis Passarinho e Carlos Fernando Matias não souberam informar ontem quando será o primeiro encontro com os diretores de escolas privadas. Mas o presidente do conselho, Gildo Villadino, afirmou que a comissão iniciará logo o seu trabalho. Luís Cassemiro, presidente da Associação de Pais de Alunos do DF, achou que a decisão do conselho “não resolve nada”.

Durante a reunião, conselheiros ligados a escolas particulares defen-

uma pressão em Brasília.

Os empresários continuam a afirmar que não estão desobedecendo a legislação, e que por esse motivo a prisão do diretor da escola Minas Gerais, José Pio de Abreu, configurou-se em uma atitude isolada da Polícia Federal.

Ontem a Secretaria de Educação consultou 114 escolas particulares. De acordo com o órgão, 25 mantinham normalmente o funcionamento. Mas o dado não abalou em nada Zveiter. Ele justifica que foram autorizados a continuar o trabalho os estabelecimentos que oferecem cursos livres, as creches, e os “fura-movimento” não são sindicalizados.

Para o secretário de Comunicação Social, Renato Riella, a decisão do Governo de participar de forma mais ativa das negociações foi tomada depois de reuniões onde ficou constatada a necessidade de buscar “uma solução dentro do menor tempo para não prejudicar os alunos. O locaute pegou o GDF de surpresa, e a intervenção não tinha possibilidade de ocorrer”.

também é pelo ensino público de qualidade. Só reclamar do reajuste das mensalidades não adianta. Se houver um ensino público de bom nível as escolas particulares acabarão baixando os preços, para chamar os alunos”, disse ontem um dos integrantes do movimento no Conselho de Educação do DF.

Darley chamou a atenção para o problema vivido pelos pais que têm filhos em berçários. “Este grupo não está interessado em reposição, pois precisa das escolas agora para poder trabalhar”. Os pais concordam com os estudantes.

Pai de duas filhas estudantes do Minas Gerais, Darley afirmou que o diretor José Pio, além de não cumprir a liminar judicial, vem descumprindo resolução 3/88 do Conselho de Educação, que estabelece que as escolas não podem cobrar multas, juros ou correção monetária sobre prestações ainda não vencidas. Mesmo assim, o Minas Gerais continua multando os pais que não pagam até o dia cinco de cada mês.

deram a paralisação, iniciada na semana passada, após a prisão do diretor do colégio Minas Gerais, José Pio de Abreu, acusado de descumprir decisão judicial que dá competência aos Conselhos Estaduais de Educação para fixar os reajustes das mensalidades a partir de agosto de 1989. A liminar da 3ª Vara da Justiça Federal também estabelece um reajuste máximo de 144,06 por cento para os preços escolares de janeiro a julho deste ano.

O conselheiro e diretor da Faculdade Católica de Brasília, Décio Batista, disse ter votado a favor da paralisação, porque os donos de escolas “estão cansados de serem chamados de marginais”. Esse tratamento, segundo ele, vem ocorrendo em consequência do acúmulo de portarias e decretos baixados pelo Governo desde a implantação do Plano Cruzado.

Gildo Villadino deixou claro que as escolas terão que repor as aulas. “A lei determina 180 dias letivos”, disse ele.